

Contradições e Desafios na Educação Brasileira 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme

(Organizador)

Contradições e Desafios na Educação Brasileira

3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C764	Contradições e desafios na educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação Brasileira; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-375-0 DOI 10.22533/at.ed.750190106 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 370.710981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e abordamos a “Educação especial, família, práticas e identidade”, agrupando, respectivamente, na 1ª parte, 11 artigos e na 2ª, 12 artigos.

A coleção é um convite a leitura. No 1º Volume, os artigos foram agrupados em torno das “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”. No 2º Volume, abordamos a “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”. E por fim, no 4º e último Volume, reunimos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, fechando a publicação.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento. Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DA EDUCACAO DO CAMPO SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS CARACTERIZADOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<i>Edineide Rodrigues dos Santos</i> <i>Maria Edith Romano Siems-Marcondes</i> <i>Maristela Bortolon de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7501901061	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DO “MOVIMENTAR-SE”	
<i>Lady Ádria Monteiro dos Santos</i> <i>Gerleison Ribeiro Barros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7501901062	
CAPÍTULO 3	30
BIOQUÍMICA DO PÃO: VISÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE FERMENTO BIOLÓGICO E FERMENTAÇÃO	
<i>Larissa de Lima Faustino</i> <i>Helen Caroline Valter Fischer</i> <i>Luana Felski Leite</i> <i>Flávia Ivanski</i> <i>Juliana Sartori Bonini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7501901063	
CAPÍTULO 4	39
CURSOS DE HABILITAÇÃO AO MAGISTÉRIO: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOCENTE DE CRUZEIRO DO SUL/AC	
<i>Ana da Cruz Ferreira</i> <i>Maria Irinilda da Silva Bezerra</i> <i>Yasmin Andria Araújo Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7501901064	
CAPÍTULO 5	51
DESAFIOS NO ENSINO EXPERIMENTAL EM QUÍMICA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE VIANA - ESPÍRITO SANTO	
<i>Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves</i> <i>Michele Waltz Comaru</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7501901065	
CAPÍTULO 6	63
EXPERIÊNCIA ESTÉTICO SOCIAL EM ARTE: O CAMINHO COMO MÉTODO NOS APRENDIZADOS EM ARTE	
<i>Laura Paola Ferreira</i> <i>Eloisa Mara de Paula</i> <i>Fabrcio Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7501901066	

CAPÍTULO 7	76
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO INSTRUMENTO DE MOTIVAÇÃO E AUTOESTIMA DO PROFESSOR	
<i>Cinthy Maduro de Lima</i>	
<i>Adriana Nunes de Freitas</i>	
<i>Mariene de Nazaré Andrade Sales</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7501901067	
CAPÍTULO 8	82
FORMAS E CORES: BRINCANDO E DESENVOLVENDO AS PRIMEIRAS NOÇÕES DE GEOMETRIA NA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	
<i>Lindaura Marianne Mendes da Silva</i>	
<i>Luciana Cristina Porfírio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7501901068	
CAPÍTULO 9	98
INTERDISCIPLINARIDADE, O QUE PODE SER?	
<i>Núbia Rosa Baquini da Silva Martinelli</i>	
<i>Francieli Martins Chibiaque</i>	
<i>Jaqueline Ritter</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7501901069	
CAPÍTULO 10	108
O USO DO MAGNETÔMETRO NO ENSINO DE ELETROMAGNETISMO MAGNETOMETER USE ON ELETROMAGNETISM TEACHING	
<i>Karoline Zanetti</i>	
<i>Jucelino Cortez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010610	
CAPÍTULO 11	119
REDESIGN DE UMA SEQUÊNCIA DE ENSINO APRENDIZAGEM SOBRE AROMAS PARA O ENSINO DE QUÍMICA	
<i>Elton Kazmierczak</i>	
<i>Jeremias Borges da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010611	
CAPÍTULO 12	132
A INTEFERFACE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	
<i>Edineide Rodrigues dos Santos</i>	
<i>Maristela Bortolon de Matos</i>	
<i>Sérgio Luiz Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010612	
CAPÍTULO 13	146
A RELAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA E NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SOCIEDADE NOS DIAS ATUAIS	
<i>Carla Agda Lima de Souza</i>	
<i>Cláudio Ludgero Monteiro Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010613	

CAPÍTULO 14	154
EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSÃO E AS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE BRUSQUE (SC)	
<i>Camila da Cunha Nunes</i> <i>Amanda Alexssandra Vailate Fidelis</i> <i>Nadine Manrich</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010614	
CAPÍTULO 15	164
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: NARRATIVAS DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPA	
<i>Diana Lemes Ferreira</i> <i>Rejane Pinheiro Chaves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010615	
CAPÍTULO 16	171
IGUALDADE DE OPORTUNIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	
<i>Sandra Lia de Oliveira Neves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010616	
CAPÍTULO 17	178
INTERFACES DA PESQUISA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE EM ARTES VISUAIS	
<i>Leda Maria de Barros Guimarães</i> <i>Moema Martins Rebouças</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010617	
CAPÍTULO 18	191
O DESAFIO DO PROFESSOR DIANTE DO PROCESSO DE INCLUSÃO NO IFAC: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESPANHOLA MEDIADO PELO SISTEMA BRAILLE	
<i>José Eliziário de Moura</i> <i>Paulo Eduardo Ferlini Teixeira</i> <i>Erlande D'Ávila do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010618	
CAPÍTULO 19	205
O ESTUDO DOS SIGNOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE E DISCENTE	
<i>Lucas Antunes Tenório</i> <i>Marcela dos Santos Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010619	
CAPÍTULO 20	217
PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE O EDUCAR E O CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Heloisa Alves Carvalho</i> <i>Lucy Ferreira Sofiete</i> <i>Maria Alice Araújo</i> <i>Daniane Xavier dos Santos</i> <i>Tatiane Tertuliano Mota da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010620	

CAPÍTULO 21	228
RECOMENDAÇÕES DE AÇÕES E TECNOLOGIAS PARA A ACESSIBILIDADE DE SURDOS EM CURSO DE PROGRAMAÇÃO A DISTÂNCIA	
<i>Márcia Gonçalves de Oliveira</i>	
<i>Gabriel Silva Nascimento</i>	
<i>Mônica Ferreira Silva Lopes</i>	
<i>Anne Caroline Silva</i>	
<i>Lucinéia Barbosa da Costa Chagas</i>	
<i>Jennifer Gonçalves do Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010621	
CAPÍTULO 22	240
RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: CONCEITOS E DIRETRIZES	
<i>Bianca Santana Fonseca</i>	
<i>Ítalo Anderson dos Santos Araújo</i>	
<i>Liliane Caraciolo Ferreira</i>	
<i>Alvany Maria dos Santos Santiago</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010622	
CAPÍTULO 23	262
SISTEMA SENSORIAL: UMA DINÂMICA PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Helen Caroline Valter Fischer</i>	
<i>Glaucia Renee Hilgemberg</i>	
<i>Larissa de Lima Faustino</i>	
<i>Juliana Sartori Bonini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.75019010623	
SOBRE O ORGANIZADOR	271

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: CONCEITOS E DIRETRIZES

Bianca Santana Fonseca

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Curso de Especialização em Gestão Pública. Petrolina-PE

Ítalo Anderson dos Santos Araújo

Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Presidente Dutra-MA.

Liliane Caraciolo Ferreira

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido (PPGDiDeS). Petrolina-PE

Alvany Maria dos Santos Santiago

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido (PPGDiDeS). Petrolina-PE

RESUMO: As organizações têm buscado estabelecer um diferencial de mercado frente à concorrência, uma vez que, seus consumidores exigem cada vez mais produtos e marcas com melhor padrão de qualidade. Assim, a gestão baseada na Responsabilidade Social pode colaborar para aumentar a vantagem competitiva e, desta forma, aumentar o respeito e preferência dos stakeholders. O presente trabalho destaca a importância da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como diferencial competitivo, apresenta seus conceitos, descreve diretrizes e apresenta

as principais normas e certificações voltadas a Responsabilidade Social. A abordagem metodológica adotada foi a pesquisa bibliográfica realizada em base de dados eletrônicas. A Responsabilidade Social vem se transformando em uma ferramenta de competitividade para as organizações, impactando no desenvolvimento sustentável e podendo agregar valor as empresas e seus stakeholders.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social; Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável; Diferencial competitivo.

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: CONCEPTS AND GUIDELINES

ABSTRACT: Organizations have sought to establish a market differential to face competition, as their consumers increasingly demand products and brands with better quality standard. Thus, actions of Social Responsibility can collaborate to increase the competitive advantage and, in this way, increase the respect and stakeholders' preference. This paper highlights the importance of Corporate Social Responsibility (CSR), describe concepts, displays its guidelines and presents their main standards and guidelines. The methodological approach was the bibliographic study carried out in an electronic database. Social Responsibility has become a tool for competitiveness

organization competitiveness, impacting sustainable development and adding value to companies and their stakeholders.

KEYWORDS: Corporate Social Responsibility; Sustainability; Sustainable Development; Competitive differential.

1 | INTRODUÇÃO

Partindo da premissa que os mercados estão cada vez mais exigentes bem como seus consumidores, devido um grande avanço da globalização, é importante salientar a prática da responsabilidade social, já que conduzir negócios de maneira ética e responsável vai muito além de financiar projetos sociais, ou de apenas cumprir a legislação vigente e atender a demanda por certas ações.

Neste sentido, Ashley (2002) afirma que a organização socialmente responsável [...] assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos. Sobre o mesmo sentido, Ferrel, Fraedrich e Ferrel (2000), afirmam que a empresa tem a obrigação de restituir a sociedade pelos benefícios dela recebidos, buscando minimizar os problemas sociais, econômicos e ambientais.

Em um mercado onde os produtos e marcas são semelhantes em qualidade, volume e características, a empresa que mostra um diferencial em seu trabalho institucional pode se destacar. Seguindo assim as tendências de mercado. Ser responsável socialmente se tornou um diferencial competitivo de mercado. Segundo Silva (2000) quanto mais uma empresa for responsável socialmente, maiores serão suas chances de manter e ampliar sua base de clientes.

Assim, propõe-se um estudo acadêmico motivado pela investigação da seguinte questão: Qual a importância das práticas de Responsabilidade Social nas organizações? O objetivo geral deste trabalho consiste em destacar a importância da implantação da Responsabilidade Social, como diferencial competitivo. Os objetivos específicos são:

- Apresentar o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE);
- Descrever as Diretrizes da Responsabilidade Social Empresarial;
- Relacionar as principais normas e certificações voltadas à Responsabilidade Social;

Trata-se de um estudo bibliográfico cuja trajetória metodológica a ser percorrida se apoiou nas leituras exploratórias e seletivas. Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Michaliszyn e Tomasini (2008), afirmam ainda que a pesquisa bibliográfica e documental é desenvolvida a partir de referências

teóricas que apareçam em livros, artigos, documentos, entre outros.

Este artigo está organizado em seis partes para a melhor compreensão da pesquisa realizada. Seguindo a esta introdução, apresenta-se os conceitos centrais de RSE, suas diretrizes, certificações e o seu papel como fator competitivo e propulsor do desenvolvimento sustentável que constituem o referencial teórico. Na sequência são explanados a trajetória metodológica e os resultados. Última-se com as considerações finais e as referências que serviram como aporte teórico e metodológico para o desenvolvimento deste estudo.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

Não se pode falar em responsabilidade social sem citar o aspecto da ética empresarial e adota-se a definição de Reale (1999) como a ciência normativa dos comportamentos humanos. Desta forma, a conduta ética de cada organização influencia diretamente no seu modelo de gestão, através dos princípios e padrões morais. Vale resgatar o pensamento de Weiss (1994) da ética empresarial como a arte e a disciplina de aplicar princípios éticos para examinar e solucionar dilemas morais complexos.

A Responsabilidade Social é um tema amplo e multifacetado. Na tentativa de sintetizá-lo, cita-se o aspecto que trata da voluntariedade das empresas em assumir um compromisso de promover o bem-estar social, tanto com aqueles que compõem a estrutura interna, como com os atores que interagem externamente. Desta forma, apresenta-se na sequência a abordagem de alguns autores. Inicialmente, resgata-se a abordagem de Donaire (1999) que ressalta o sentido de obrigação com a sociedade presente nas ações de responsabilidade social, que inclui proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais, desenvolvimento da comunidade e outras ações.

Melo Neto e Froes (2001) acrescentam que Responsabilidade social vai além do aspecto da cidadania empresarial e enfatizam o processo dinâmico que requer vigilância permanente, inovação e sustentabilidade. Ademais, aportam "(...) que existe uma associação direta entre o exercício da responsabilidade social e o exercício da cidadania empresarial." (MELO NETO e FROES, 2001, p. 26)

Na busca de apresentar a multiplicidade de conceitos, outro autor, Ashley (2002), afirma que responsabilidade social é:

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange ao seu papel específico na sociedade e à sua prestação de contas para com ela. (ASHLEY, 2002, p. 98)

Nesse compromisso exercido pela empresa, constata-se a necessidade do agir

além da preocupação com os acionistas, mas também com os anseios da sociedade. Esse aspecto é ressaltado na abordagem de Chiavenato (2002) que assevera que a responsabilidade está voltada para a atitude e comportamento da organização em face das exigências sociais, da sociedade em consequência das suas atividades.

Ultimando, Mueller (2003) reitera que o conceito de Responsabilidade Social:

Compreende uma diversidade de fundamentações, de ideias e ideologias incluídas no espectro do exercício da Responsabilidade Social Corporativa. Independentemente dos objetivos, pois é um processo que não se esgota no tempo. (MUELLER, 2003, p. 458)

Considerando os autores supramencionados, constata-se nesta multiplicidade de conceitos a ligação da Responsabilidade Social com os aspectos éticos, a cidadania corporativa e a necessidade de atender os interesses da sociedade em geral não apenas dos acionistas.

Segundo Soares (2006, p. 34) a teoria da Responsabilidade Social surgiu mais centrada no indivíduo e evoluiu até o que hoje é denominado como Responsabilidade Social Empresarial.

Nestes termos, de acordo com o conceito contemporâneo, Responsabilidade Social Empresarial, ou simplesmente RSE, apresenta-se necessariamente como ações das empresas que visam o beneficiamento de uma sociedade. São atividades sociais importantes para uma comunidade, para evitar ou diminuir os impactos negativos gerados nas comunidades e em seu meio ambiente. Desta forma mantém a preservação do patrimônio ambiental e cultural, enfatizando normas e programas que visam a educação, economia, saúde e naturezas e outras atividades.

Nesta linha, Melo Neto & Froes apud Soares (2006, p. 40) asseveram:

Para que se possa afirmar que uma empresa é socialmente responsável, é necessário que ela invista no bem-estar de seus colaboradores e dependentes, promova um ambiente de trabalho adequado, uma comunicação institucional transparente, persiga uma sinergia com seus fornecedores e demais parceiros e garanta a satisfação de seus clientes, sem deixar de proporcionar um retorno financeiro condizente com a expectativa de seus acionistas (MELO NETO & FRÓES apud SOARES, 2006, p. 40).

Segundo o Instituto Ethos (2003) a Responsabilidade Social:

(...) diz respeito à maneira como as empresas realizam seus negócios: os critérios que utilizam para a tomada de decisões, os valores que definem suas prioridades e os relacionamentos com todos os públicos com os quais interagem (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2003, p.73).

Para Tenório (2004, p. 13) a Responsabilidade Social Empresarial, apresenta-se como um tema recente, polêmico e dinâmico envolvendo desde a geração de lucros pelos empresários, em visão bastante simplificada, até a implementação de ações sociais.

É fator primordial que a ética e a transparência na gestão de negócios estejam relacionadas nas conjecturas das decisões do dia-a-dia, visto que, podem causar impactos na sociedade, no meio ambiente e no futuro dos próprios negócios (ETHOS, 2003). No entanto, nota-se que há uma preocupação diante das RSE. Com isso observa-se que a ética e a sustentabilidade empresarial estão presentes na prestação de serviços e valores sociais, sendo vital para a competitividade dos negócios.

Dentro do aspecto da multiplicidade de conceitos e modelos, a Pirâmide de Carroll (1999), apud Lourenço e Schröder (2003) apresenta-se como ponto importante. Este modelo relaciona as responsabilidades de uma empresa composta por quatro dimensões: a econômica, a social, a ética e a discricionária. Considerada como dimensão do modelo integral da Responsabilidade Social de uma organização, como mostra na estrutura da pirâmide RSE (Figura 1).

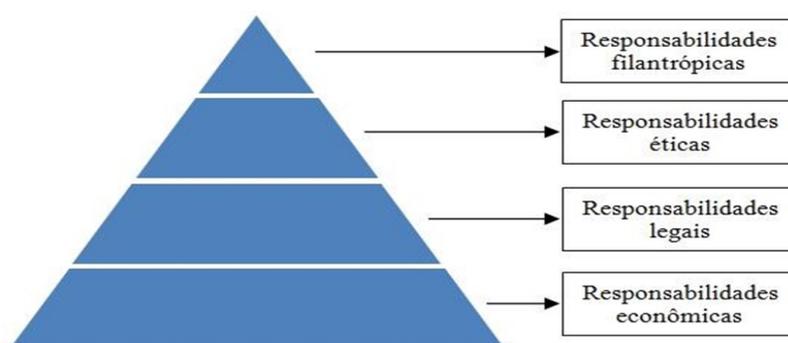


Figura 1 - Pirâmide da Responsabilidade Social Empresarial.

Fonte: Baseado em Carroll, 1999 apud Lourenço e Schröder (2003)

As dimensões econômica e legal, simultaneamente, devem ficar na base, pois é essencial para a sustentação da organização, principalmente no curto prazo. As dimensões ética e filantrópica, embora sejam importantes em uma organização e se constituam como socialmente responsável, no curto prazo não impactam de forma expressiva na sustentabilidade da empresa, apesar de ter grande relevância no sucesso organizacional à longo prazo (CARROLL, 1999 apud LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003, p. 35).

Detalha-se a seguir os quatro conceitos de responsabilidade citados no modelo piramidal de Carroll (1999) descrito por Lourenço e Schröder (2003).

1) Responsabilidade econômica: base da pirâmide, principal tipo de responsabilidade social encontradas nas empresas, sendo os lucros o objetivo pelo qual as empresas existem (LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003, p. 38).

2) Responsabilidade legal: as empresas devem atingir suas metas e objetivos, sejam eles econômicos ou não, dentro da estrutura legal, obedecendo às exigências de órgãos regulamentadores (LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003, p. 38).

3) Responsabilidade ética: comportamentos e atitudes da empresa diante da sociedade, mas não previstos em leis. Respeitando os direitos individuais, agir com equidade, imparcialidade e justiça (LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003, p.40).

4) Responsabilidade discricionária ou filantrópica: é voluntária e direcionada pelo desejo da empresa em contribuir no âmbito social de uma forma que não seja imposta pela economia, lei ou pela ética (LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003, p.40).

2.2 Diretrizes da Responsabilidade Social Empresarial

As Diretrizes da Responsabilidade Social Empresarial configuram-se como orientações para a inserção da RS nos negócios. Além disso, as diretrizes norteiam as tomadas de decisões, os valores que definem suas prioridades e os relacionamentos com todos os públicos com os quais interagem ao mesmo tempo contribuem para a qualidade dos relacionamentos das empresas nas respectivas áreas: Valores e Transparência, Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade, Governo e Sociedade. Para Thiry-Cherques (2003), essas diretrizes desempenham a função de direcionar os planos de negócios e são conhecidas e discutidas no cenário internacional.

No ambiente nacional, o SEBRAE Nacional e o Instituto Ethos desenvolveram normas e técnicas para guiar empresas de pequeno, médio e grande porte, baseadas nestes sete temas, a seguir relacionados:

1) Adote valores e trabalhe com transparência: tornar uma empresa socialmente responsável é avaliar os seus valores éticos e transmiti-los aos seus públicos através de um documento formal e agir com transparência (INSTITUTO ETHOS; SEBRAE, 2001, p.13).

2) Valorize empregados e colaboradores: é prioritário que a empresa cumpra as leis trabalhistas. Empresas que valorizam seus funcionários valorizam, na verdade, a si mesmas (INSTITUTO ETHOS; SEBRAE, 2001, p.14).

3) Faça sempre mais pelo meio ambiente: o produtor deve se informar e cumprir toda a legislação ambiental, com destaque para o uso da água (ortoga), a proteção de matas ciliares e de reserva legal (INSTITUTO ETHOS; SEBRAE, 2001, p.15).

4) Envolve parceiros e fornecedores: é importante incentivar os seus parceiros e fornecedores a se tornarem empresas socialmente responsáveis. Trabalhar com empresas que tenham os mesmos valores éticos e ações sociais pode escalonar as ações. (INSTITUTO ETHOS; SEBRAE, 2001, p.16).

5) Proteja clientes e consumidores: desenvolver produtos e serviços confiáveis em termos de qualidade e segurança, fornecer instruções de uso e informar

sobre seus riscos potenciais e eliminar danos à saúde dos usuários são ações importantes, visto que a empresa produz cultura e influencia o comportamento de todos (INSTITUTO ETHOS; SEBRAE, 2003, p.34).

6) Promova a comunidade: é importante a empresa identificar os problemas da comunidade e tentar soluções em conjunto. As ações da empresa na comunidade são a principal referência da sua preocupação (INSTITUTO ETHOS; SEBRAE, 2001, p.18).

7) Comprometa-se com o bem comum: é preciso que a empresa desenvolva ações que decisivamente contribuam para o desenvolvimento de sua região e do país (INSTITUTO ETHOS; SEBRAE, 2001, p.19).

Ainda, referente aos temas, apresenta-se a abordagem de Melo e Gomes (2016) que propõem que os programas de RSE devem contemplar onze temas:

Boas práticas de governança; Combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção; Práticas desleais de concorrência; Direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil; Direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado; Promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência); Compromisso com o desenvolvimento profissional; Promoção da saúde e segurança; Promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, Distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros; Proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras e ações sociais de interesse público (MELO E GOMES, 2016, p.04-05).

2.3 A Responsabilidade Social Empresarial como fator competitivo

Muitos consumidores estão cada dia mais conscientes quanto a participação das instituições privadas no desenvolvimento da sociedade e as organizações precisam se engajarem em ações que geram sustentabilidade para a comunidade em que estão inseridas. Da mesma forma, conceitos apresentados por diversos autores mostram o comprometimento das empresas com ações socialmente responsáveis presente na realidade do mundo corporativo.

E como base de estudo sobre Responsabilidade Social Empresarial, o Instituto ETHOS, apresenta um modelo viável de comprometimento social, ao mesmo tempo apresenta sólida força social que direciona um novo cenário de negócios. Segundo o Instituto Ethos (2003):

Ao assumirem uma postura comprometida com a Responsabilidade Social Empresarial, micros e pequenos empreendedores tornam-se agentes de uma profunda mudança cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária (INSTITUTO ETHOS; SEBRAE, 2003, p.7).

Percebe-se que a organização que adere à RSE, está diretamente vinculada com a missão de refletir sobre os impactos nos cotidianos de uma sociedade. Dessa forma, o exercício empresarial pressupõe uma atitude eficaz da empresa em duas

dimensões: a gestão da responsabilidade social interna e a externa.

A Responsabilidade Social vem se transformando numa poderosa ferramenta de competitividade para as organizações e seus executivos. Desta forma, as organizações passam a conhecer as preferências do consumidor, e podem adquirir o respeito dos clientes e de seus colaboradores.

A Responsabilidade Social traz para as empresas maiores possibilidades de reconhecimento, imagens e melhores condições de competição no mercado, como também contribui categoricamente para o futuro do país, já que para muitas empresas a obrigação social, tem por premissas relações éticas e transparentes. No Brasil, a mídia tem sido grande fiscalizadora e os consumidores têm se tornado mais exigentes.

Segundo o Instituto ETHOS e SEBRAE:

Fabricar produtos ou prestar serviços que não degradem o meio ambiente, promover a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade de que fazem parte, entre outras iniciativas, são diferenciais cada vez mais importantes para as empresas na conquista de novos consumidores ou clientes (ETHOS e SEBRAE, 2003, p. 6).

Vale enfatizar que não se deve agregar apenas o valor aos produtos e serviços, existem diversas maneiras de apoio ao terceiro setor, como por exemplo a transparência ao relacionamento com os setores públicos e principalmente pautar pelo planejamento estratégico de todas as ações (TIEGHI, 2006).

Com a globalização, surge então uma nova gestão empresarial na qual exige novas demandas e desafios como produtividade, competitividade e compromisso social que são requisitos básicos de sustentabilidade e sucesso e lucratividades dos negócios.

Magalhães (2003) afirma que a competitividade é uma das maneiras de se ter vantagens em relação aos concorrentes, exige coesão social e sustentável, para efeito de estabilidade macroeconômica e eficácia de gestão.

Husted e Allen (2001), apud Araújo (2009, p. 80), pontuaram que as estratégias de RSE podem gerar vantagens competitivas se utilizadas de maneira adequada pelas empresas, afirmando que existe uma relação positiva entre as ações. Todavia, Ashley (2002, p.54) pontua que a RSE é atualmente fonte de vantagens e diferenciais competitivos, que devem ser buscadas pelas empresas que procuram obter maior competitividade e melhores resultados. E Barney (1991) apud Araújo (2009, p.81) destaca que a geração de vantagem competitiva ocorre pela implementação de uma estratégia que agregue valor e gere benefícios para uma empresa, sem que outra concorrente simultaneamente o faça, embora este último autor tenha dúvidas que a responsabilidade social possa gerar vantagens competitivas.

Ser competitivo em um mercado altamente disputado requer de muitos gestores sabedoria e habilidade quanto às iniciativas a serem tomadas, e um dos principais fatores para elencar a competitividade de uma empresa é justamente a qualidade do

ambiente de negócios nos locais em que a organização opera. A competitividade pode ser representada como estabilidade macroeconômica e eficácia de gestão.

Para Porter (1998) desenvolvimento de competitividade é o resultado da adequação da organização ao seu ambiente externo, por meio de um posicionamento que proporcione lucratividade, ao passo em que gere sustentabilidade. Nesse contexto, o fato de uma empresa ser sustentável pode favorecer a competitividade, se aliados a estabilidade macroeconômica e eficaz gestão. Assim, a competitividade pode ser representada da seguinte maneira: competitividade necessita de desempenho que passa por um processo e exige recursos que direcionam a equipamentos e pessoas, colhendo assim um resultado lucrativo.

Ressalta-se que, consoante Barney (1991), a competitividade de uma empresa para ser atingida, os seus recursos devem possuir quatro características: serem valiosos; raros; imperfeitamente imitáveis; e insubstituíveis. Contudo deve se observar as ações de responsabilidades sociais empresariais tem por obrigação perante a sociedade gerar resultados reais e consistentes, o que irá de fato, tornar a empresa com vantagem de cunho competitivo.

2.4 Responsabilidade Social Empresarial: ações externas e internas

É de grande importância que as empresas assumam socialmente a responsabilidade de desenvolver ações externas e internas quanto à responsabilidade social. A esse respeito, é relevante conceituar essas duas diferentes dimensões da responsabilidade social.

A responsabilidade social interna tem como foco o corpo da empresa, que incluiu todos aqueles que trabalham a seu favor. Diz respeito às práticas voltadas aos recursos humanos da empresa, às questões de saúde e segurança do trabalho, entre outras.

Externamente, a responsabilidade social das empresas inclui os consumidores e a comunidade de uma forma geral, abrangendo aqueles que não estão diretamente relacionados às atividades produtivas.

Neste quesito, Oliveira e Scwertner apud Alineri (2008, p. 131) informam que a relação com a comunidade está ligada a busca pela empresa em satisfazer uma determinada carência, como forma de integração da própria empresa àquele lugar.

2.4.1 Indicadores sociais internos e externos

A responsabilidade social interna focaliza os seus colaboradores e seus dependentes. O seu objetivo é motivar esses atores para um desempenho ótimo, criar um ambiente de trabalho favorável e contribuir para seu bem estar. Com isso, a empresa ganha dedicação, empenho e lealdade, gerando ganhos de produtividade para a organização (MELO NETO; FROES 2001).

Segundo Melo Neto e Froes (2001, p.29), o exercício da responsabilidade social externa corresponde ao desenvolvimento de ações sociais empresariais relacionadas aos seus diversos públicos, como clientes, fornecedores e a comunidade em geral.

Para fins deste estudo, foram organizados dois indicadores de desempenho social, sendo o interno e o externo. Os Quadros 1 e 2 apresentam esses indicadores:

INDICADORES SOCIAIS DA DIMENSÃO SOCIAL INTERNA	
Emprego	Criação de emprego; recolocação e capacitação de trabalhadores ; benefícios para além das obrigações legais; valorização de competências;
Relações de Trabalho	Percentagem de trabalhadores representados por organizações independentes; incentivo ao envolvimento dos trabalhadores em atividades sindicais; participação de representantes dos trabalhadores em comissões de gestão.
Trabalho Infantil	Políticas contra o trabalho infantil (Convenção 138 da OIT); projetos para os filhos dos empregados estimulando competências técnicas e psicossociais;
Saúde e segurança	Comissões conjuntas para a saúde e segurança, políticas ou programas sobre a SIDA/HIV; para além dos limites legais, planos e metas para alcançar padrões de excelência.
Formação educação	Média de horas anuais por trabalhador; políticas e programas para gestão de competências e aprendizagem ao longo da vida; atividades de formação e aperfeiçoamento contínuo de todo o pessoal; ofertas de bolsas de estudo ou similares;
Diversidade oportunidade	Políticas /programas para a igualdade de oportunidades e de sistema de monitorização; composição dos órgãos de gestão, incluindo rateio homens/mulheres; proibição de práticas discriminatórias e promoção de práticas antidiscriminatórias.

Quadro 1 - Indicadores de desempenho da dimensão social interna

Fonte: adaptado de Nicolau Santos (2005) e Indicadores Ethos de Responsabilidade Empresarial, 2004.

Com base em Nicolau Santos (2005, p.38) a dimensão interna é nomeada através da adesão de novos modelos de gestão, ligada à dimensão externa, ou seja, a comunidade onde está inserida e com quem interatua. Para o autor a prática sustentável ao nível econômico, social e ambiental funciona como catalisador no sentido da busca de aumentos de produtividade, e está diretamente ligado ao desempenho econômico e ao sucesso comercial à longo prazo (NICOLAU SANTO, 2005).

INDICADORES SOCIAIS DA DIMENSÃO SOCIAL EXTERNA	
Comunidade	Políticas para gerir impactos da atividade na comunidade; processo estruturado para registar reclamações e reuniões sistemáticas para informar líderes locais sobre as providências tomadas; política formal de relacionamento com a comunidade e manutenção de comissões permanentes ou grupos de trabalho com a participação de líderes locais para analisar as atividades e monitorizar os impactos;
Corrupção	Políticas e procedimentos relacionados com o combate à corrupção; divulgação de normas, tanto interna como externamente e auditoria regular ao seu cumprimento, obrigando a denúncia de qualquer oferta recebida;
Envolvimento político	Descrição das políticas e mecanismos para gerir as contribuições políticas e “lobbying”; campanhas de conscientização política, cidadania e importância do voto, envolvendo todos os empregados e partes interessadas; financiamento fundamentado em regras e critérios definidos internamente, permitindo ao público interno o acesso às informações sobre a decisão tomada;
Competição e preços	Decisões dos tribunais relativas a regulamentos anti cartelização e monopólio; descrição de políticas e procedimentos de prevenção contra comportamentos anticompetitivos; liderança nas discussões relacionadas com a busca de padrões de concorrência cada vez mais elevados;

Saúde e segurança do consumidor	Políticas para preservar a saúde e segurança dos consumidores, e instrumentos de monitorização; ações para estimular a comunicação com os clientes e consumidores com a empresa, esclarecendo e alertando para efeitos prejudiciais e cuidados necessários no seu uso; parcerias com fornecedores, distribuidores, assistentes técnicos e representantes dos consumidores visando criar uma cultura de responsabilidade e transparência na comunicação com consumidores e clientes;
Produtos e serviços	Políticas e sistemas de gestão relativa à informação no produto e à etiquetagem; número e tipo de situações de não conformidade com os regulamentos respeitantes à informação no produto e etiquetagem, bem como penalizações sofridas por eventuais incumprimentos; pesquisas e interação com fornecedores, distribuidores, consumidores, concorrentes e governo para um contínuo aperfeiçoamento dos produtos e serviços.

Quadro 2 - Indicadores de desempenho da dimensão social externa

Fonte: adaptado de Nicolau Santos (2005) e Indicadores Ethos de Responsabilidade Empresarial 2004.

2.5 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade empresarial

As empresas envolvem com os conceitos sustentáveis na ânsia de conseguirem o aumento de lucratividade e de benefícios. Além disso, essas plataformas sustentáveis podem gerar contribuições na melhoria da qualidade de vida e nos recursos sustentáveis naturais.

Vale enfatizar que muitas empresas estão se beneficiando com as iniciativas de desenvolvimento sustentável com o objetivo exclusivo de identificar oportunidades e obter vantagens lucrativas. Esse equilíbrio dos relacionamentos sociais está atrelado ao ambiente interno e externo. Em um mercado altamente competitivo, aspectos como responsabilidade com o meio ambiente e sociedade são diferenciais necessários para que a organização seja mais competitiva e atenda às exigências dos clientes.

A responsabilidade social empresarial deve contribuir não apenas para tornar a empresa rentável, mas gerar resultados econômicos e ainda propicie o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido gerar resultados está atrelado aos resultados não apenas econômicos, visando contribuir para o desenvolvimento da comunidade. A sustentabilidade empresarial pressupõe que a empresa seja rentável, gere resultados econômicos e ainda contribua para o desenvolvimento da sociedade. Para Elkington (1994), criador do termo *Triple Bottom Line*, a sustentabilidade é o equilíbrio entre os três pilares: ambiental, econômico e social. O mesmo determina que a empresa deve gerir suas atividades em busca não só do resultado econômico, mas também dos resultados ambiental e social.

Diante das novas exigências de mercado, a Responsabilidade Social Empresarial, tornou-se um fator de competitividade e diferencial para os negócios. Como por exemplo, a norma NBR ISO 14.001 apresenta diretrizes para organizações possam consistentemente controlar seus impactos significativos sobre o meio ambiente e melhorar continuamente suas operações e negócios e oferece certificação que pode promover a imagem da organização para com seus clientes, demonstrando a preocupação tanto com a lucratividade quanto com a gestão de impactos ambientais.

Atualmente não bastam obter preço e qualidade, os novos consumidores (formadores de opiniões) exigem a mudança de hábitos das organizações, criando certos desafios, mas ótimas oportunidades de crescimento.

As empresas devem investir no permanente aperfeiçoamento de suas relações com todos os públicos dos quais dependem e com os quais se relacionam: clientes, fornecedores, empregados, parceiros e colaboradores. Isso inclui também a comunidade na qual atua, o governo, sem perder de vista a sociedade em geral, que construímos a cada dia (INSTITUTO ETHOS, 2003, p.42).

Portanto, as empresas, por sua vez, estão optando por promover a imagem da organização para com seus clientes, já que a sobrevivência das que reforçam práticas empresariais que apoiam o desenvolvimento sustentável e impulsionam maior lucratividade.

2.6 Normas e certificações de produtos e serviços

2.6.1 Motivação das empresas para a responsabilidade social

Um dos pilares para a adesão de novos modelos de gestão nas empresas é justamente a motivação que influenciam e contribuem na dimensão social interna e externa das organizações. Além disso, a motivação é a força propulsora de um negócio, embora a motivação da ação seja inerente ao desenvolvimento humano, nem sempre será encontrado no ambiente de trabalho, o que causará pontos negativos quanto à lucratividade da empresa.

Chiavenato (1994, p. 154) disserta que a motivação é o desejo de exercer altos níveis de esforço em direção a determinados objetivos organizacionais, condicionados pela capacidade de satisfazer objetivos individuais.

Silva e Freire (2001) citam vários os motivos da ação empresarial nesse campo:

a) Obtenção de vantagens competitivas, já que os consumidores passam a valorizar a ética e a participação das empresas na comunidade; b) Orientação da matriz; c) Visão estratégica de sobrevivência no longo prazo; d) Resposta a incentivos oferecidos pelo governo ou por outras organizações; e) Fundamentação religiosa ou moral; f) Promoção de valores de solidariedade interna (SILVA e FREIRE, 2001, p. 4).

Segundo os autores retrocitados, as motivações, em grande parte, têm relação com a estratégia compreendida como relacionado ao meio ambiente externo e interno, considerando que a motivação na implementação da SER precisa estar ajustada ao ambiente externo.

Conforme o instituto ETHOS e SEBRAE (2013), como resultado da evolução das práticas de Responsabilidade Social, da adesão das empresas e dos resultados e impactos possíveis ocorridos nas últimas décadas, foram surgindo uma série de normas e certificações de instituições nacionais e internacionais que tratam de temas relacionados, direta e indiretamente sobre normas e serviços, que certificam as

empresas como aderente dos programas sociais.

Segundo o INMETRO (2016), a certificação atesta que é necessário que se tenha conformidade do sistema de gestão das empresas em relação aos requisitos normativos. Portanto, o que se espera das organizações são alguns aspectos importantes como os compromissos propostos por grupos de empresas, abrigados, ou não, por instituições representativas, demonstrando o amadurecimento, reconhecimento, valorização e adesão às causas de cunho social, de acordo com as normas citadas abaixo.

2.6.2 Norma SA 8000 – 1997/2001

A norma SA8000 é um padrão global de responsabilidade social em prol das boas condições de trabalho, desenvolvida e supervisionada pela *Organização Social Accountability International* (SAI). Esta norma é baseada nos princípios internacionais dos direitos humanos e nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem por objetivo incentivar a implementação de mudanças sistemáticas e sustentáveis nas operações comerciais, além de verificar e melhorar as condições de trabalhos nas organizações e colaboradores nas empresas (ABS, Quality Evaluations, 2016).

A referida norma abrange os seguintes aspectos conforme disserta a ABS Quality Evaluations (2016):

Trabalho infantil e trabalho escravo; Sistemas de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional; Liberdade de associação e direito à negociação coletiva; Discriminação; Práticas disciplinares; Horas de trabalho; Remuneração e Sistemas de Gestão (ABS QUALITY EVALUATIONS, 2016, s/p).

A presente norma foi destinada especialmente a gerenciar as práticas de responsabilidade social interna, focando nas ações em prol do benefício do ser humano.

2.6.3 Norma ISO 14000 - 1990

Devido ao desenvolvimento industrial e econômico no mundo, problemas como impactos ambientais têm se configurado como grave problema para as autoridades e organizações ambientais. Assim, na década de 90, a ISO 14000 desenvolvida pela *International Organization for Standardization* (ISO) estabeleceu diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresa vem responder a necessidade de normas que contemplassem as questões ambientais com a finalidade de padronizar os processos empresariais que utilizam recursos tirados da natureza ou causam algum dano ambiental decorrente de suas atividades. Ademais, volta-se a diminuir o impacto provocado pelas empresas ao meio ambiente, já que muitos empreendimentos geram uma série de poluição ou causam danos ambientais através de seus processos de produção, utilizando os recursos naturais.

A certificação ISO 14000 de gestão ambiental atesta a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades de uma organização. Vale ressaltar que as normas

ISO 14000 não estabelecem níveis de desempenho ambiental, especificam somente os requisitos que um sistema de gestão ambiental deverá cumprir tanto no ambiente externo quanto interno. Essa norma relaciona os procedimentos que deverá ser feito por uma organização para diminuir os impactos de suas atividades no meio ambiente (ABS Quality Evaluations, 2016).

2.6.4 NBR 16001 – 2004

Outra norma é a NBR 16001 que estabelece requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da Responsabilidade Social, na qual permite à organização formular e implementar uma política e objetivos embasados em exigências legais, compromissos éticos e uma preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, além da transparência das suas atividades (MELO e GOMES, 2016).

Ursini e Sekiguchi (2005) ressaltam os pontos mais relevantes desta norma:

- Aplicabilidade a organizações de todos os tipos e portes;
- Entendimento amplo do tema “Responsabilidade Social”;
- Necessidade de comprometimento dos funcionários e dirigentes de todos os níveis e funções;
- Necessidade de uma política da Responsabilidade social e programas com objetivos e metas (URSINI E SEKIGUCHI, 2005, p. 154).

2.6.5 Norma AA1000 – 2006

A norma AA 1000 de 2006 tem como finalidade a prestação de contas que consiste em reconhecer e assumir com responsabilidade e transparência os impactos das políticas, decisões, ações, produtos e desempenho a eles associados (AA1000 ACCOUNTABILITY PRINCIPLES STANDARD, 2008).

Segundo Accountability Principles Standard (2008), a Norma AA1000-2006, almeja:

Obrigar uma organização a envolver as partes interessadas na identificação, compreensão e também na capacidade de resposta aos assuntos e preocupações em matéria de sustentabilidade, e a relatar, explicar e estar disponível para responder às partes interessadas relativamente a decisões, ações e desempenho. E incluir a forma como uma organização define o seu modelo de governo, as respectivas estratégias e efetua a gestão do desempenho. (ACCOUNTABILITY PRINCIPLES STANDARD, 2008, P.06)

Sendo que essas ações devem servir de base para estabelecer, avaliar e comunicar a prestação de contas, conforme impõe os Princípios AA1000 da AccountAbility.

2.6.6 ISO 26000 – 2010

Em dezembro de 2010, foi publicada a norma ISO 26000, após grandes debates entre especialistas de diversos países e de seis segmentos sociais (trabalhadores,

governos, empresas, consumidores, organizações não governamentais e outros), sendo que a participação dos trabalhadores se deu por meio das centrais sindicais de vários países, liderados pela Confederação Sindical Internacional (CSI) (DIEESE/2012).

Para a Dieese (2012) a norma tem como finalidade fornecer orientações sobre princípios e práticas de responsabilidade sociais dirigidas a organizações de qualquer natureza, não apenas para empresas. Já que a mesma não certifica a empresa, pois conforme destaca a Dieese (2012) não contém a especificação de requisitos a serem verificados para a outorga de um certificado. Para a formulação de suas recomendações, foram tomados como bases tratados, convenções e outros documentos, inclusive as convenções da OIT. Nesse sentido buscou respeitar as normas obrigatórias adotadas por amplo consenso entre nações e representantes da sociedade internacional, sendo reconhecida a adoção dos requisitos de responsabilidade social para as organizações.

A ISO 26000 conceitua responsabilidade social como a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades sobre a sociedade e o meio ambiente, através de comportamento ético e transparente. Ademais, como descrito pelo Dieese (2012), a norma ISO 26000 tem como premissa:

Contribuir para o desenvolvimento sustentável, incluindo a saúde e bem-estar da sociedade; Levar em consideração as expectativas das partes interessadas; Estar de acordo com a legislação pertinente e com as normas internacionais de comportamento; e Estar integrado à organização como um todo e praticado em seus relacionamentos. (DIEESE 2012).

Assim as normas visam certificar as expectativas de um comportamento organizacional socialmente responsável respaldado pelas leis internacionais, tratados e convenções reconhecidas universalmente, visto que a responsabilidade social deve ser definida pela sociedade através de seus mecanismos políticos e jurídicos, e não por uma interpretação autônoma por parte das empresas (DIEESE, 2012).

3 | TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Para Marconi & Lakatos (2007, p. 83), “método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.”

A metodologia dessa pesquisa foi bibliográfica, ou seja, “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.158), cuja finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com as principais materiais escritas, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

A pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (LIMA e MIOTO, 2007, p. 44)

O levantamento bibliográfico foi realizado através da pesquisa em base eletrônica de dados, utilizando a palavras chave Responsabilidade Social Empresarial.

O período da realização da pesquisa foi entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2016. Para a apresentação dos resultados dos estudos analisados foi utilizado um quadro de síntese contendo informações das fontes bibliográficas, quanto aos autores, ano de publicação, obras, tipos de estudo, objetivos dos estudos e resultados.

A identificação de estudos relevantes segue as orientações de Salvador (1986): que sugere iniciar-se com leitura de reconhecimento do material bibliográfico, seguir com a leitura exploratória para determinar quais dados/informações interessam. Realizado as leituras, uma terceira leitura de caráter seletivo. Na sequência foram realizadas leitura reflexiva ou crítica e leitura interpretativa. A primeira se caracteriza pelo estudo crítico do material orientado por critérios determinados a partir do ponto de vista do autor da obra, para ordenar e sumarizar informações. Assim, os textos selecionados buscam responder aos objetivos da pesquisa. Momento de compreensão das afirmações do autor e do porquê das afirmações, enquanto que a interpretativa, apresenta maior complexidade e busca relacionar as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta, implicando assim na interpretação das ideias e na interação dessas ideias com o objetivo da pesquisa. Assim, requer um exercício de associação de ideias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar. O critério norteador nesse momento é o propósito do pesquisador (SALVADOR, 1986). O Quadro 3 apresenta a síntese dos estudos acessados, apresentando os autores, o ano de publicação, o título, objetivo e principais resultados. Sequenciando serão descritos esses principais estudos.

AUTOR	ANO	TITULO-OBJETIVO DO TRABALHO- PRINCIPAIS RESULTADOS
ASHLEY, Patrícia Almeida. Rio de Janeiro: Saraiva, 2002.	2002	Título: Ética e responsabilidade social nos negócios. Objetivo: Apresentar o compromisso empresarial para o desenvolvimento da sociedade expresso em atitudes e valores. Resultado: Reunir o conhecimento relevante para o momento empresarial e suprir a crescente informação na área de gestão da responsabilidade social e ética nos negócios.
CORAL, Elisa.	2002	Título: Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial. Objetivo: Apresentar um modelo estratégico para a sustentabilidade das organizações empresariais enfocando seu desenvolvimento econômico, ambiental e social. Resultado: Contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável das organizações empresariais, tendo sido aplicado e testado através de um estudo de caso em uma empresa com duas plantas do setor coureiro.

MUELLER, Adriana.	2003	Título: A utilização dos indicadores de responsabilidade social corporativa e sua relação com os stakeholders. Objetivo: identificar e descrever os indicadores de responsabilidade social adotados pela empresa para avaliar sua ação social em relação aos seus stakeholders. Resultado: permitiram verificar o conjunto de ações, políticas e valores da empresa, o reconhecimento da importância de se praticar ações de responsabilidade social a todos os seus stakeholders, bem como, a necessidade de torná-las públicas e de continuar investindo e aprimorando tais ações.
URSINI, Tarcila Reis.; SEKIGUCHI, Celso.	2005	Título: Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: rumo à terceira geração de normas ISO. Objetivo: Contribuir para a elaboração da futura norma internacional a ISO. Resultado: Vários argumentos coexistirão para a durante o processo de elaboração da diretriz internacional.
AZEVEDO, Josiele Heide.	2008	Título: Responsabilidade social empresarial e educação: estudo de caso do projeto pescar. Objetivo: verificar a falta de entendimento sobre a temática bem como a realização de ações de RSE paliativas, assistencialistas e caritativas. Resultado: foi possível analisar a concepção de educação, implementado pelas empresas, e como são desenvolvidas as ações educativas, considerando-se os métodos e a metodologia de ensino e o projeto pedagógico adotados.
ARAÚJO Pessoas, Raimundo Wellington.	2009	Título: Estratégia e vantagem competitiva da responsabilidade social empresarial. Objetivo: analisar os resultados e possíveis benefícios para as empresas que adotam ações de RSE; verificar a relação entre estratégia empresarial e ações de RSE; e identificar a ligação entre ações de RSE com vantagem competitiva. Resultados: indicam o papel e a relevância da RSE para organizações, consumidores e comunidade em geral, além da existência de relação entre RSE, intento estratégico e vantagem competitiva.
SILVA, Ligia Neves.	2010	Título: Responsabilidade social empresarial e os paradigmas igualitários da justiça social. Objetivo: abordar o conceito de responsabilidade social empresarial (RSE), sua finalidade e princípios da gestão socialmente responsável.
RIBEIRO, Rosa Arminda de Carvalho Alves.	2014	Título: Responsabilidade social, estratégia e competitividade. Objetivo: Apresentar os principais modelos ligados à Responsabilidade Social Empresarial (RSE), pelo percurso histórico e de uma abordagem de alguns dos conceitos mais importantes a ela associados. Resultado: as ações de RSE embora ultrapassam as barreiras restritas do cumprimento da lei, das preocupações ambientais e dos princípios éticos.
MELO, Cristiana Malfacini; GOMES, Eduardo Rodrigues.	2015	Título: NBR 16001: A Norma Brasileira de Gestão da Responsabilidade Social. Objetivo: Configurar-se em um modelo de gestão que aproxima o relacionamento da organização com suas partes interessadas (público interno, fornecedores, clientes, comunidade de entorno, entre outros). Resultado: elaboração da norma NBR 16001, que preconiza um sistema de gestão da Responsabilidade Social e adesão das mesmas induzem novas formas de gestão.

Quadro 3 - Síntese dos artigos, apresentando ano, autor e título, no período de 2002 a 2015, encontrados na base de dados da SCIELO. Fonte: Dados da pesquisa.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análise dos títulos e a primeira leitura dos resumos, foram excluídos os artigos que não preenchiam os critérios de inclusão predeterminados. Para a construção do resultado e da discussão dessa pesquisa, foram utilizados nove artigos publicados entre 2002 e 2015.

Como critério de inclusão, os artigos foram inseridos em um quadro sinóptico adaptado com a finalidade de contemplar alguns aspectos relevantes na área da administração e acima de tudo a relação dos artigos com o tema. Os artigos foram discriminados segundo o ano da pesquisa, conforme processado na tabela de análise

e foram distribuídos em ordem cronológica e explicitados no decorrer da discussão (ver Quadro 3).

No ano de 2002, encontraram-se dois artigos, sendo o primeiro cujo título: “Ética e responsabilidade social nos negócios” buscou apresentar de acordo com Ashley (2002) o compromisso empresarial para o desenvolvimento da sociedade expresso em atitudes e valores.

Outro aspecto relevante na pesquisa segundo Ashley (2002) foi de reunir o conhecimento relevante para o momento empresarial e suprir a crescente informação na área de gestão da responsabilidade social e ética nos negócios. Ainda no ano de 2002, o artigo com o título de “Modelo de planejamento estratégico para sustentabilidade empresarial” da autora Coral (2002) visa apresentar um modelo estratégico para a sustentabilidade das organizações empresariais enfocando seu desenvolvimento econômico, ambiental e social, na qual contribui para o alcance do desenvolvimento sustentável das organizações empresariais, sendo aplicado e testado através de um estudo de caso em uma empresa com duas plantas do setor coureiro.

No ano de 2003, encontrou-se um artigo com o título de: “A utilização dos indicadores de responsabilidade social corporativa e sua relação com os stakeholders”, escrito pela autora Mueller (2003) disserta que é fundamental identificar e descrever os indicadores de responsabilidade social adotados pela empresa para avaliar sua ação social em relação aos seus stakeholders, o que permite verificar o conjunto de ações, políticas e valores da empresa, o reconhecimento da importância de se praticar ações de responsabilidade social a todos os seus stakeholders, bem como, a necessidade de torná-las públicas e de continuar investindo e aprimorando tais ações.

Outro artigo identificado foi título “Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: rumo à terceira geração de normas ISO”, de Ursini e Sekiguchi, (2005), publicado em 2005, que tem como intuito contribuir para a elaboração da futura norma internacional a ISO e assim, identificar vários argumentos que coexistirão durante o processo de elaboração da diretriz internacional.

Em 2008, um artigo publicado com o título de: “Responsabilidade social empresarial e educação: estudo de caso do projeto pescar”, de Azevedo (2008) que descreve e analisa a falta de entendimento sobre a temática bem como a realização de ações de RSE paliativas, assistencialistas e caritativas. Em seu resultado obteve a concepção de educação, implementado pelas empresas, e como foram desenvolvidas as ações educativas, considerando-se os métodos e a metodologia de ensino e o projeto pedagógico adotado, ou seja, o trabalho desenvolvido em uma organização vai além, já que é necessário compreender as ações reais da responsabilidade social empresarial no meio ambiente, seja ele externo ou interno.

Encontrou-se a tese de relevância para a pesquisa: “Responsabilidade social, estratégia e competitividade”, de Ribeiro (2014) que tem como objetivo apresentar os principais modelos de RSE, através do seu percurso histórico e de alguns dos conceitos mais importantes a ela associados. O que se conclui que as ações de RSE

embora em parte, sejam fruto do ambiente em que cada uma se encontra inserida, ultrapassa as barreiras estritas do cumprimento da lei, das preocupações ambientais e dos princípios éticos, suportando-se a sua estratégia na estratégia da RSE, tendo em vista assegurar a sua permanência no mercado numa perspectiva de médio longo prazo.

Por último o artigo de 2015 com o título de: “NBR 16001: A Norma Brasileira de Gestão da Responsabilidade Social”, sendo que os autores Melo e Gomes (2013) destacam que é importante configurar-se em um modelo de gestão que aproxima o relacionamento da organização com suas partes interessadas (público interno, fornecedores, clientes, comunidade de entorno, entre outros) na qual visa a elaboração da norma NBR 16001, que preconiza um sistema de gestão da Responsabilidade Social e adesão das mesmas induzem novas formas de gestão que podem influenciar substancialmente a rotina das organizações

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Responsabilidade no sentido de minimizar impactos negativos deve veicular-se à estratégia de negócio e estar alinhado aos objetivos organizacionais. Além disso, permite que as empresas divulguem suas potencialidades no âmbito social e contribuam com ações de melhorias para a sociedade.

Isso posto, ressalta-se a importância da Responsabilidade Social Empresarial, considerando que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, dentro da abordagem do tripé da sustentabilidade (ELKINGTON, 1994) juntamente com a sociedade e em geral com o objetivo principal, de melhorar a qualidade de vida tanto das empresas como para a população.

Percebe-se que a empresa que adota a RSE inclui na sua missão refletir sobre os impactos nos cotidianos de uma sociedade. Dessa maneira, a atitude preventiva é mais importante ainda e não apenas reduzir os impactos negativos sobre uma comunidade ou uma sociedade.

Vale ressaltar que mesmo que uma empresa apoie o desenvolvimento da comunidade e preservação do meio ambiente, não quer dizer que a empresa seja socialmente responsável. É importante que a mesma invista no bem estar de seus funcionários e dependentes, como também favoreça um local de trabalho saudável. Deve-se também promover comunicações transparentes tanto com os acionistas quanto com os demais stakeholders. Ademais devem assegurar sinergia organizacional e garantir a satisfação dos consumidores ou clientes. Por fim, o bom gestor não pode se preocupar apenas com o sucesso alcançado cumprindo suas metas, mas deve atentar para todos os impactos que a sua empresa promoverá no desenvolvimento de suas atividades. Dessa forma estará se inserindo no mercado de forma responsável e ética.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY PRINCIPLES STANDARD, **AA1000**, 2008. Versão portuguesa. Disponível em: <[http://www.accountability.org/images/content/5/7/573/AA1000APS-2008-PT\(print\).pdf](http://www.accountability.org/images/content/5/7/573/AA1000APS-2008-PT(print).pdf)> Acesso em: 01 jun. 2016.

ABS Quality Evaluations. **Sistema de Gestão da Responsabilidade Social** Disponível em: <<http://www.abs-qe.com/pt/sistema-de-gestao-da-responsabilidade-social.html>> Acesso em: 01 jun. 2016.

ARAÚJO, Raimundo Wellington. Estratégia e Vantagem Competitiva da Responsabilidade Social Empresarial. **Gestão e Regionalidade** - Vol. 25 - Nº 74, 2009.

ALINERI, Vivien; et al. Análise da gestão da Responsabilidade Social Interna de uma empresa do terceiro Setor. **Nucleus**. Vol. 5, n. 2, out, 2008. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4033575.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

ASHLEY, P. A. **Ética e Responsabilidade Social nos negócios**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2002.

AZEVEDO, Josiele Heide. **Responsabilidade social empresarial e educação: estudo de caso do projeto pescar**. Tese. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0673-D.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BARNEY, Jay B. Firm resource and sustained competitive advantage. **Journal of Management, Stillwater**, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. Ed. compactada. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CORAL, Elisa. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Referências intergovernamentais sobre responsabilidade social das empresas**. Nota Técnica nº 117, dezembro/2012.

_____. **Normas sobre responsabilidade social das empresas a ISO 26000 e o GRI**. Nota Técnica, nº 121, 2013. Disponível em:

<www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec121DesempenhoResponsabilidadeSocial.pdf> Acesso em: 25 mar. 2016.

ELKINGTON, J.. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ETHOS e SEBRAE. **Responsabilidade Social Empresarial para micro e pequenas empresas**. São Paulo, 2003.

FERREL, O.C; FRAEDRICH, John; FERREL, Linda. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAJEW, Oded. **O que é responsabilidade social**. São Paulo: 2000.

Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade - INMETRO. Disponível em: < <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/certificacao.asp> > Acesso em: 01 jun. 2016.

INSTITUTO ETHOS, **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial**, 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social->

empresarial> Acesso em: 22 abr. 2016.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Florianópolis. 2007

LOURENÇO, Alex Guimarães; SCHRÖDER, Deborah de Souza. **Responsabilidade Social das empresas: a contribuição das universidades**. Vol. II. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2003.

MACHADO, Adriana L. C. S; LAGE, Allene C. Responsabilidade Social: uma abordagem para o desenvolvimento social. O caso da CVRD. **XXVI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração**. Anais. Salvador, 2002.

MAGALHÃES, José Alberto de Oliveira Martelo **Paradigma das Vantagens e o Desenvolvimento Empresarial em Portugal**. São Paulo, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MELO, Cristiana Malfacini; GOMES, Eduardo Rodrigues. NBR 16001: A Norma Brasileira de Gestão da Responsabilidade Social. **III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2016. Disponível em:< http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/761_NBR_16001_artigo.pdf> Acesso em: 02 jun. 2016.

MELO NETO, Francisco Paulo; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

_____. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MUELLER, Adriana. **A utilização dos indicadores de responsabilidade social corporativa e sua relação com os stakeholders**. Dissertação (mestrado) –, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

NICOLAU SANTOS, Maria João. **Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social**, in Sociedade e Trabalho. 2005.

PORTER, Michael E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. 14.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTO DIGITAL, **Manual de Responsabilidade Social e Empresarial**, Recife, 2011.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 24 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

RIBEIRO, Rosa Arminda de Carvalho Alves. **Responsabilidade Social, estratégia e competitividade**. (Dissertação, Mestrado). Instituto Superior de Gestão. Business e Economics School, São Paulo, 2014.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SARTORI, Simone, LATRÔNICO, Fernanda, CAMPOS, Lucila M.S. **Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável**: uma Taxonomia o Campo da Literatura. São Paulo: 2014.

SILVA, Ligia Neves. Responsabilidade social empresarial e os paradigmas igualitários da justiça social. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 82, nov 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8573>. Acesso em: 04 abr. 2016.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. Balanço social abrangente: um novo instrumento para a Responsabilidade Social das empresas. **XXV Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração**. Campinas/SP, 2001.

SOARES, Gustavo Antunes. **Reponsabilidade Social e Empresarial: Teoria e Prática**. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/dissertacao_de_gustavo_antunes_soares.pdf>. Acesso em 05 ago. 2016.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora FG. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Responsabilidade moral e identidade empresarial. **Rev. Adm. Contemporânea**, Curitiba, v. 7, 2003. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552003000500003> Acesso em: 04 out. 2016.

URSINI, Tarcila Reis.; SEKIGUCHI, Celso. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: rumo à terceira geração de normas ISO. IN: **Uniemp inovação: inovação e responsabilidade social**, São Paulo: Instituto Uniemp, 2005.

SOBRE O ORGANIZADOR

Willian Douglas Guilherme: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-375-0

